



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

186

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 193718-8/02 - Caruaru (3ª Vara Cível)

Agravante: Banco BMG S/A

Agravado: Valdenice Ferreira de Lima

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

5062

EMENTA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MATERIAL E MORAL. ATO ILÍCITO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. APELO. PROVIMENTO PARCIAL. RECONHECIMENTO DA ILICITUDE DO ATO. CONDENAÇÃO DO BANCO A INDENIZAR A AUTORA POR DANOS MORAIS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ARTIGO 557, CPC. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. Constitui ato ilícito passível de indenização por dano moral contrato de mútuo feito em nome e sem autorização do correntista e, em decorrência desse ato, a retirada mensal de valores da conta corrente para pagamento do empréstimo não contratado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

187

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 193718-8/02 - Caruaru (3ª Vara Cível)

Agravante: Banco BMG S/A

Agravado: Valdenice Ferreira de Lima

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão recorrida às fls.119/122 (Apelação nº 193718-8).

No primeiro grau foi proferida sentença em *Ação de Restituição c/c com Danos Morais e Danos Materiais* proposta por **Valdenice Ferreira de Lima** contra **Banco BMG S/A**, a qual condenou o banco réu a restituir à autora os valores consignados indevidamente de sua conta e negou o pedido de indenização por danos morais.

A autora apelou. Insistiu na condenação do banco réu em danos morais. Monocraticamente dei provimento parcial ao recurso de apelação, fixando a verba indenizatória em 5.000,00 (cinco mil reais).

Contra essa decisão de minha lavra, o réu interpôs o presente recurso de agravo, objetivando o seu total provimento para o fim de reformar a decisão recorrida. Para tanto, alega que não cometeu ato ilícito a ensejar indenização. Acrescenta que agiu no exercício regular de seu direito.

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

188

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 193718-8/02 - Caruaru (3ª Vara Cível)

Agravante: Banco BMG S/A

Agravado: Valdenice Ferreira de Lima

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

A decisão agravada está vazada nos seguintes termos:
(fls. 119/122 da Apelação).

"Trata-se de apelação interposta contra sentença proferida nos autos da *Ação de Restituição de Valores c/c Danos Morais e Danos Materiais*, proposta por **Valdenice Ferreira de Lima** contra o **Banco BMG S/A**, sentença essa que homologou o acordo firmado entre as partes (fls. 83) e declarou extinto o feito, com resolução do mérito (artigo 269, III, do Código de Processo Civil). Em suas razões (fls. 98/100) a apelante alegou que na Ata de Conciliação às fls. 83, "[...] o digníssimo julgador homologou um acordo que não existiu. O que aconteceu foi um cumprimento por parte da empresa da decisão proferida pelo douto julgador em preliminar. Que em momento algum restou acordado que com a restituição dos valores descontados e o cancelamento do empréstimo a autora daria total e irrevogável quitação do objeto da Ação." (fls. 100). Aduziu, ainda, que o apelado é responsável pelos danos moral e material sofridos pela apelante. Pugnou pelo provimento do recurso para reformar a sentença em parte e julgar totalmente procedente o pedido inicial. Sem contrarrazões. **Relatado, decido:** Colho da decisão recorrida o seguinte: "Cuida-se da pretensão reparatória fundada em ato ilícito, de conhecida possibilidade jurídica, declinada entre partes legítimas ad causam e com interesse de agir, dês que aviada por quem se afirma supostamente prejudicado em face do causador dos danos. A transação é faculdade processual das partes e tem o condão de por termo ao litígio, mormente não se tratando de direito indisponível, como é o de caráter patrimonial. Em hipótese tais, impõe-se a resolução meritória da ação, uma vez que a convenção das partes não atenta contra norma de ordem pública, no mais, atende à finalidade do ato proposto". No termo de audiência de fl. 83, restou assentado que o Banco réu "restituirá à autora os valores indevidamente consignados no prazo de 10 (dez) dias, mediante depósito na Conta nº 37.369-9, de Agência 0159-7, do Banco do Brasil S/A, titulada pela promovente". Esse fato demonstrou o reconhecimento parcial da procedência do pedido (Art. 269, III, do CPC). No ponto, restou satisfeito o dano material pleiteado. No entanto, faltou o juiz decidir com relação à sucumbência do dano material e sobre o pedido de dano moral. Ora, se foi conhecido o dano material, deve o réu, ora apelado, arcar com o ônus da sucumbência sobre o valor respectivo.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

189

O dano moral se evidencia pelo fato da apelante ficar impedida de realizar empréstimos em seu nome, já que o suposto empréstimo, que ocorreu sem sua autorização, comprometeu sua margem consignável. Além do que, os descontos creditados da conta corrente da autora, feitos entre os meses de setembro/2007 e março/2008, conforme comprovantes de fls. 69/78, prejudicaram-na financeiramente, tendo em vista seus gastos mensais com medicação e saúde em geral. Isso ensejou dano moral e, por isso, está o réu sujeito a reparar o dano. A doutrina o tem conceituado como sendo: lesão insuscetível de apreciação econômica, dano aos direitos decorrentes da personalidade; dano, portanto, a direitos imateriais e extrapatrimoniais (TORNAGHI, Hélio apud SOIBELMAN, Felix: Enciclopédia Jurídica Eletrônica, Ver. 2.0). Para Savatier, dano moral "é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc". (Traité de La Responsabilité Civile, vol.II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989). Segundo Yussef Said Cahali, é mais razoável "caracterizar o dano moral pelos seus próprios elementos; portanto, 'como a privação ou diminuição daqueles bens que têm valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos'; e se classificando, assim, em dano que afeta a 'parte social do patrimônio moral' (honra, reputação, etc) e dano que molesta à 'parte afetiva do patrimônio moral' (dor, tristeza, saudade, etc.); e dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.)" (Dano e Indenização, pág. 07, ed. 1980). A indenização por danos morais, como se sabe, deve servir para compensar a ofensa sofrida e reparar os prejuízos, não podendo, entretanto, chegar ao extremo de caracterizar um enriquecimento sem causa. Além disso, devem ter caráter pedagógico no sentido de inibir a prática de atos semelhantes sempre tomando como parâmetro as circunstâncias do fato, a intenção do ofensor e as condições do ofendido. Levando-se em conta os referidos pontos, entendo que a quantia a título de danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) é suficiente para reparar o abalo sofrido pelo autor e o caráter pedagógico para o réu. Sobre o assunto, assim tem se posicionado esta Egrégia Corte: "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA-CORRENTE. COBRANÇA EM DUPLICIDADE. INSUFICIÊNCIA DE SALDO. DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUES. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. COMISSÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO. COBRANÇA LEGÍTIMA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1.Inexiste cerceamento ao direito de defesa, por ausência de dilação probatória, quando o julgador, baseado nos documentos constantes dos autos, tenha encontrado fundamentos suficientes a embasar sua



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

190

decisão. 2.A cobrança indevida de parcela paga de financiamento, mediante débito em conta corrente, gerando insuficiência de saldo bancário e a devolução de cheques emitidos pelo contratante, nos moldes do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, enseja o direito à devolução em dobro do que indevidamente se cobrou. 3.É objetiva a responsabilidade da instituição financeira, pela reparação de danos causados ao consumidor, quando verificada falha na prestação do serviço. 4.A cobrança de comissão de abertura de crédito, quando previamente pactuada no contrato, afigura-se legal, inexistindo razão para sua devolução. 5.A reparação do dano moral opera-se através de uma compensação, e não de um ressarcimento, devendo o julgador verificar as condições pessoais e econômicas das partes, as peculiaridades de cada caso, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para fixação do quantum. 6.Unanimemente, deu-se provimento parcial ao recurso de apelação. [...], reduzir o valor da indenização para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos a partir desta data. (**Apelação Cível nº 150893-8**, Rel. Des. Jones Figueirêdo, Quarta Câmara Cível)". No tocante ao ônus da sucumbência, a apelante pugnou acertadamente pelo pagamento das custas processuais e honorários advocatícios por parte do Banco BMG S/A, ora apelado. Já se pronunciou o TJPE: "PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. ACOLHIMENTO EM PARTE. DECISÃO UNÂNIME. 1-Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento. 2-Relativamente à ausência de manifestação acerca da necessária condenação aos honorários advocatícios, tenho que merece acolhida, uma vez que sendo julgada procedente, portanto, a ação principal, haveria de ser a parte «sucumbente» condenada ao pagamento das custas e «honorários» advocatícios, o que não ocorreu no caso sub examine. Assim, com o fim de integrar o acórdão embargado acrescento que: "deve a Fazenda Pública, portanto, ser condenada ao pagamento das custas e «honorários» advocatícios arbitrados em 5%(cinco por cento) sobre o valor da «condenação», conforme os termos do §4º, art. 20 do CPC e jurisprudência pátria dominante". 3-Em relação a alegada contradição - reversão do depósito em favor do réu mesmo tendo sido julgada procedente a ação, verifico que merece respaldo. Tendo sido julgada procedente a ação principal, dever-se-ia o depósito ser revertido em favor da autora, a quem aproveitou a decisão e não da parte ré. Portanto, para sanar a contradição existente no julgado, onde se lê "revertendo o depósito em favor do réu", leia-se: "revertendo o depósito em favor da autora". 4-Embargos de Declaração acolhidos em parte. 5-Decisão unânime. (**Embargos de Declaração nº 110799-7/01**, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, Oitava Câmara Cível)". No mesmo sentido, as apelações nº: 76535-9, Rel. Des. Santiago Reis; nº 112495-2, Rel. Des. Eduardo Augusto Paura Peres. Ante o exposto, considerando que a apelação está em ordem com a jurisprudência deste Tribunal, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso para, reformando a Sentença: a)



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

191

Condenar o réu apelado a restituir à autora os valores indevidamente consignados no prazo de 10 (dez) dias, conforme fl. 83; b) Julgar procedente o pedido inicial no tocante ao dano moral, cujo valor fixo em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); c) Condenar o apelado nas custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação, ex-vi do art. 557, parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, in fine, do Regimento Interno deste Tribunal”.

Não observo, por ocasião do julgamento deste recurso de agravo, qualquer outra alegação que possa modificar o entendimento esposado na decisão combatida.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator